



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 14/10/2014

Aos quatorze dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, em convocação para realização no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniram-se os seguintes membros do Colegiado presentes à reunião: **Pelo segmento dos Usuários** – Sr. Eduardo Novais de Souza (Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro); Sra. Zorete Andrade da Silva (Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais do Brasil - AFDM); Sr. Jackson Silveira Caiafa (Associação Carioca de Diabéticos - ACD); Sra. Iêda Maria Lucas Ciriaco (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); Sra. Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM); Sra. Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do município do Rio de Janeiro); Sr. Carlos Henrique Alves (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Sr. Milton Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Sra. Maria Alice Gunzburger Costa Lima (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Sra. Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Sra. Sonia Regina G. da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Sr. Alessandro de Melo Motta (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Sr. Adelton Gunzburger (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); Sr. Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e Sr. Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). **Pelo segmento dos Profissionais de Saúde** – Sra. Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro - SASERJ), Sra. Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ); Sr. Francisco Cláudio de Souza Melo (Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro - SINFAERJ); Sra. Sheila Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro); Sr. José Antonio Alexandre Romano (Sindicato dos Médicos do município do Rio de Janeiro - SINMED); Sr. Vinicius Vieira Martins (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no RJ - SINFITO) e Sr. Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). **Pelo segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços** – Sr. Daniel Ricardo Soranz Pinto (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Sr. David Salvador de Lima Filho (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Sr. Rogério Marques Gonçalves (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); Sr. Osmar Vargas Oliveira (Viva Comunidade) e Sr. Hiram Silveira Lucas (Hospital Mário Kröeff). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde iniciou-se tendo como pauta: 1) **Deliberação da ata de 12/08/2014**; 2) **Deliberação dos processos: 09/33000246/2013. Assunto:** Solicita credenciamento para tratamento de tabagismo – CF Epitácio Soares Reis – **CDS AP 3.3**; **09/33000247/2013. Assunto:** Credenciamento para tratamento de tabagismo – CF Manuel Fernandes Araújo – **CDS AP 3.3**; **09/005736/2013. Assunto:** Ratificação dos endereços das Unidades Básicas de Saúde da **CDS AP 3.2**; **09/003332/2014. Assunto:** Ratificação do

endereço de Unidade Básica de Saúde do **CDS AP 5.1; 09/002881/2014**. Assunto: Credenciamento/Cadastramento Residência Terapêutica tipo I, situada na Rua Lavras, 65 - Del Castilho - **CDS AP 3.2; 09/002186/2014**. Assunto: Cadastramento Residência Terapêutica situada na Rua Cadete Polônio, 931 - Engenho Novo - **CDS AP 3.2; 09/000609/2014**. Assunto: Credenciamento de Residência Terapêutica CAPS Clarice Lispector, situado na Rua Thompson Flores, 96 - Méier, **AP 3.2; E-08/001/4617/2014**. Assunto: Credenciamento/ habilitação do Hospital Maternidade Carmela Dutra para 14 leitos de UTI Neonatal Tipo II - **AP 3.2; 3) Dr. Daniel Soranz, Secretário Municipal de Saúde - 90 minutos. 3.1 -** Relação financeira (Estado e Município, referente ao SUS). **3.2 -** Definição da data para comemoração do SUS na cidade do Rio de Janeiro. **4) Processo nº 09/926233/2014. Assunto:** Programação de Ação em Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro para o ano de 2015. Apresentação para deliberação - **60 minutos; 5) Eleição da Comissão Eleitoral para eleição da Comissão Executiva e substituto do presidente para o ano 2015 - 30 minutos; 5.1 -** aprovação do Regimento Eleitoral. **6) Comissão de Educação Permanente - 30 minutos; 7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 20 minutos; 8) Informes da Secretaria Executiva do Conselho - 10 minutos; 8.1 -** Conselho Nacional de Saúde, deliberação do Colegiado concordando com a Moção nº 009 de Apoio ao Povo da Palestina emitida por aquele Conselho. **8.2 -** Constituir Comissão Organizadora para a XII Conferência Municipal de Saúde. **9) Informes do Colegiado - 30 minutos. O Secretário Executivo e Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS-RJ), David Salvador de Lima Filho,** inicia a reunião às quatorze horas e trinta minutos, em segunda chamada e informa que há quórum para que a reunião seja iniciada. Informa que a coordenação da Mesa será composta pelo **presidente do CMS-RJ, Sr. Daniel Soranz** e pelos **Conselheiros Alessandro de Melo Mota (usuário), Geraldo Batista de Oliveira (usuário), Marinaldo Silva Santos (profissional de saúde) e Angela de Lamare (gestor)**. Informa que a **Conselheira Maria Clara Migowisk Pinto Barbosa** substituirá o Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira até que este chegue à reunião. Fala que a ata da reunião ordinária deste CMS-RJ do dia nove de setembro de dois mil e quatorze está sendo distribuída aos presentes e faz a leitura da pauta desta reunião. O **Presidente do CMS-RJ, Conselheiro Daniel Soranz** assume a coordenação da reunião e coloca a referida pauta em votação. Fala que como não há nenhum voto contra e nenhuma abstenção a mesma está aprovada. Passa-se ao Item **1) Deliberação da ata de 12/08/2014 – O Conselheiro Milton Lima, representante do CDS da AP 2.1** pede que, nesta ata, onde se lê “grandes médicos” seja substituído por “grandes méritos”. O **presidente do CMS-RJ** acata e põe a referida ata em votação. Fala que como não há nenhum voto contra e nenhuma abstenção a mesma está aprovada. Passa-se ao próximo ponto. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que todos esses processos passaram pela Comissão Executiva e que esta deu encaminhamento de aprovação a todos eles. Diz que, sendo assim, encaminha para que sejam votados em bloco. O **Presidente do CMS-RJ** põe este encaminhamento em votação. Fala que como não há nenhum voto contra e nenhuma abstenção o encaminhamento está aprovado. Passa-se ao Item **2) Deliberação dos processos: 09/33000246/2013. Assunto:** Solicita credenciamento para tratamento de tabagismo – CF Epitácio Soares Reis – CDS AP 3.3; 09/33000247/2013. Assunto: Credenciamento para tratamento de tabagismo – CF Manuel Fernandes Araújo – CDS AP 3.3; 09/005736/2013. Assunto: Ratificação dos endereços das Unidades Básicas de Saúde da CDS AP 3.2; 09/003332/2014. Assunto: Ratificação do endereço de Unidade Básica de Saúde do CDS AP 5.1; 09/002881/2014. Assunto: Credenciamento/Cadastramento Residência Terapêutica tipo I, situada na Rua Lavras, 65 - Del Castilho - CDS AP 3.2; 09/002186/2014. Assunto: Cadastramento Residência Terapêutica situada na Rua Cadete Polônio, 931 - Engenho Novo - CDS AP 3.2; 09/000609/2014.

Assunto: Credenciamento de Residência Terapêutica CAPS Clarice Lispector , situado na Rua Thompson Flores, 96 - Méier, AP 3.2; E-08/001/4617/2014.

Assunto: Credenciamento/ habilitação do Hospital Maternidade Carmela Dutra para 14 leitos de UTI Neonatal Tipo II - AP 3.2 – O Presidente do CMS-RJ põe esses processos em votação. Fala que como não há nenhum voto contra e apenas uma abstenção os processos estão aprovados pela maioria simples. Passa-se ao Item 3) **Dr. Daniel Soranz, Secretário Municipal de Saúde - 90 minutos. 3.1 - Relação financeira (Estado e Município, referente ao SUS). 3.2 - Definição da data para comemoração do SUS na cidade do Rio de Janeiro – O Presidente do CMS-RJ** explica que quis trazer esses assuntos ao CMS-RJ por entender que os Conselheiros precisam estar cientes destes assuntos. Fala que são dois assuntos distintos, por isso o ponto de pauta está fragmentado. Inicia pelo **3.1 - Relação financeira (Estado e Município, referente ao SUS)** e diz que como esta é apenas sua segunda reunião que está presente enquanto presidente do CMS-RJ, gostaria de fazer esta apresentação para que os Conselheiros opinem sobre o melhor caminho para os pontos que serão abordados. Diz que todos sabem que a Capital deve ser solidária aos municípios da Baixada e de outros municípios e que não está falando nada diferente disso. Fala que o motivo desta apresentação não é tirar recursos de outros municípios e sim mostrar o cenário atual dos recursos federais que são transferidos para o município do Rio de Janeiro do Ministério da Saúde (MS) para a alta e média complexidade e como é este cenário no âmbito estadual. Repete que vai fazer esta apresentação para os Conselheiros possam opinar sobre a atuação do município em relação a estes recursos. Diz que tem uma opinião, mas que entende que esta discussão deve acontecer. Explica que o Estado do Rio de Janeiro recebe do Ministério da Saúde para alta e média complexidade dois bilhões e oitocentos milhões de reais e que quarenta por cento fica para a Capital e o resto é distribuído para os outros municípios. Diz que, com esta introdução, pode iniciar a apresentação. Faz a apresentação. Ao final, diz que o município do Rio de Janeiro quer assumir a gestão plena dos recursos e que se algum Conselheiro quiser se aprofundar será ótimo. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lê os nomes dos Conselheiros que se inscreveram e diz que as inscrições podem ser feitas até a fala do terceiro Conselheiro. O **Conselheiro Marinaldo Silva, representante do Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro** fala que está sendo falado de muito dinheiro e pergunta o que pode ser feito em relação ao valor que deixa de chegar aos cofres do município. Diz que o município do Rio de Janeiro oferece vinte e quatro por cento dos leitos para atendimentos a outros municípios quando deveria oferecer cinquenta por cento. Pergunta se o valor referente a esta diferença não pode ser descontado direto dos fundos municipais de saúde dos municípios e fala que deixa esta proposta para ser levada ao governo do Estado. Afirma que há uma distribuição per capita e está sendo proposto uma distribuição por população e pergunta o que ocorrerá se isso não for aceito e se há outra alternativa. O **Conselheiro Rogério Marques Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** diz que está estarecido com o que foi apresentado e que mesmo depois de tantos anos de CMS-RJ e de participar das discussões, ainda é surpreendido com números como este. Fala que sabia que o município deixava de receber valores em função da distribuição per capita, mas que não imaginava que a defasagem fosse tão grande. Diz que é possível notar que a região Metropolitana I está muito mal representada na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) uma vez que os últimos municípios são todos da Metro I enquanto a Região Serrana está muito bem colocada. Fala que gostaria de saber que marketing político é este em que a região Serrana é melhor representada que a região Metro I. Fala que não se sente capaz de fazer nenhum estudo, mas que gostaria de receber esta apresentação para poder analisá-la com mais calma posteriormente. Propõe que o CMS-RJ dê carta branca a SMS para que continue este processo e lembra que esta carta branca nem precisa ser dada uma vez que é função da SMS e não do

CMS/RJ fazer este tipo de negociação. Afirma acreditar que se houve coragem para apresentar estes números, haverá coragem para seguir o processo de tentar a equalização dos números. Diz que, conforme apresentado, descontado o repasse que é feito compulsoriamente dos hospitais federais a per capita do município do Rio de Janeiro cai de noventa e quatro para setenta e sete e que isso é metade do que recebe quem está em octogésimo lugar. Fala que assim, o Rio de Janeiro ficará com uma situação pior do que a do município de Itaguaí e acrescenta que este é um município que, historicamente, recebe menos repasse do que o Rio de Janeiro. Agradece por ter tido conhecimento desses números e repete que ficou assustado ao conhecê-los. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, representante do CDS da AP 3.1** fala que se sente em uma caixa de formigas e que sempre visitou as unidades de saúde de toda a região Metro I e sempre ouviu que o município do Rio de Janeiro era a “prima rica” e que nunca entendeu o motivo disto. Diz que não sabe como o presidente do CMS-RJ abriu o que ela chama de “caixa preta”, mas que fica agradecida por isso ter acontecido, mas acrescenta que há outras caixas pretas a serem abertas. Conta que seu neto morava do lado do IPPMG e seu atendimento foi transferido para o Hospital Jesus com a afirmação de que ele teria direito a todos os recursos que o IPPMG não poderia arcar com isso uma vez que a verba era federal. Acrescenta que o Hospital Jesus fica longe de sua casa e o acesso a ele, para ela, é bem mais difícil. Diz que no HU também há uma parte onde só há consulta da parte federal e que não entende como isso pode acontecer uma vez que tudo é SUS e que em outras unidades da Metro I o serviço é oferecido mesmo em unidades federais. Diz que espera ser corrigida se estiver falando bobagem, mas que quer entender esse processo. O **Conselheiro Jackson Caiafa, representante da Associação Carioca de Diabéticos – ACD** parabeniza o presidente do CMS-RJ pela apresentação feita e diz que os números são estarrecedores e incompreensíveis. Fala que se a negociação depender de acordo na CIB, vai ser quase impossível de acontecer já que lá é por voto individual e que isso talvez explique o motivo de a região Serrana ser melhor defendida do que a Região Metro I, já que a primeira tem mais municípios, mesmo que menores, que a segunda. Afirma que entende que este tipo de discussão deveria ser posta de maneira muito maior e mais firme do que esta. Fala que o CMS-RJ não pode fugir de sua responsabilidade e não pode deixar de apoiar integralmente as ações da SMS que vise defender o município do Rio de Janeiro e que defende até o enfrentamento se for preciso. Conta que já participou de reuniões da CIB e sabe que se um determinado grupo quiser empacar alguma coisa, consegue. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fala que o Presidente do CMS-RJ vai responder ao que foi dito até este momento antes dos Conselheiros prosseguirem. O **Presidente do CMS-RJ e Conselheiro Daniel Soranz**, diz que, em relação às Unidades Federais, o prefeito do município do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, encaminhou ao Ministério da Saúde (MS) uma solicitação de que a Portaria de mil novecentos e noventa e nove seja revogada para que o MS repasse verba ao município do Rio de Janeiro como acontece em todo o resto do país e assim seja possível o pagamento às Unidades Federais. Ressalta que todos sabem da importância das unidades federais como o Hospital do Fundão, o Clementino Fraga e o IPPMG, para o atendimento à população tanto da cidade do Rio de Janeiro quanto da Região Metropolitana. Fala que essas unidades precisam de mais investimento e que o Clementino Fraga está em estado de dar pena. Acrescenta que apesar disso, é preciso saber como fica a relação do teto da média e alta complexidade para o município do Rio de Janeiro. Repete que foi solicitado ao MS que a Portaria que desconta direto do teto, seja revogada e o recurso venha direto para o município do Rio de Janeiro e que assim, o município do Rio de Janeiro seja gestor pleno e possa pagar esses hospitais, desde que o serviço pactuado seja executado. Fala que este é o primeiro pedido. Pede que o CMS-RJ faça ao MS a mesma solicitação que a prefeitura já fez, apenas para reiterar. Disse que se isso

não for atendido, a SMS apelará ao Ministério Público (MP), mas acredita que o ministro da saúde atenderá a solicitação sem maiores dificuldades uma vez que ele é favorável à descentralização. Fala que gostaria que este encaminhamento fosse votado. Diz que esta é a primeira vez que esses números são apresentados no CMS-RJ, mas lembra que eles estão todos disponíveis na internet para acesso de qualquer cidadão e que o trabalho apresentado aqui foi uma compilação deles para que a apresentação fosse possível. Explica que os descontos só acontecem para outros municípios mediante pactuação e que, sendo assim, o município do Rio de Janeiro precisa fazer pactuação com os municípios que serão atendidos para que o teto seja descontado em cima deste valor e lembra que esta pactuação ocorre na CIB. Esclarece que, caso não haja pactuação favorável na CIB, é possível recorrer a Comissão Intergestora Tripartite (CIT), em Brasília, mas repete que, a princípio, esta pactuação deve ocorrer na CIB. Fala que a pactuação feita para que a situação seja a que existe agora, é antiga e que precisa ser atualizada. Diz que a proposta, não só do município do Rio de Janeiro, como de outros, é de que a PPI seja zerada e que haja uma pactuação mais atual. Afirma que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) fez uma oficina para repactuar a PPI e que eles também querem essa atualização e essa pactuação. Fala que é importante aproveitar a janela de oportunidades de repactuação da PPI para que isso possa ser feito. Em relação à pergunta sobre se não for per capita, como será, diz que é difícil responder uma vez que só vê duas maneiras de fazer a PPI e que ficou surpreso ao notar que a PPI do município do Rio de Janeiro não segue nenhum critério técnico. Fala que só existem dois critérios técnicos sendo ou per capita ou seguindo a capacidade de instalação. Afirma que se for seguir o segundo critério, o município do Rio de Janeiro ficaria com a maior parte dos recursos e entende que isso nem seria viável nos dias de hoje por esperar que haja uma distribuição mais equânime e acrescenta que, para garantir a equidade, fazer a distribuição per capita é melhor. Fala que entende desta maneira mesmo sabendo que se a distribuição for feita por série histórica o município do Rio de Janeiro ganharia mais recursos, mas repete que não há intenção de haver vantagem e sim de equalizar esses recursos da melhor forma. Explica que com a distribuição feita da forma como está sendo proposta, todos os municípios ganham e que, sendo assim, acredita que será possível a aceitação na CIB. O **Conselheiro Eduardo Novais, representante da Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ)**, parabeniza a qualidade e a importância do debate e diz que é Conselheiro estadual e que no Conselho Estadual de Saúde (CES) não vê debates qualificados como este. Fala que a maioria dos seus questionamentos já foi respondido, mas que foi dito que nenhum município iria perder com a proposta apresentada e pergunta como isso é possível. Pede que o CMS-RJ e a SMS não discutam apenas números, deixando para trás a questão humana do SUS. Fala que sabe que a discussão, neste momento, é sobre alta e média complexidade, mas que não se pode esquecer da atenção básica. Conta que mora na Pavuna e que no último domingo precisou levar a esposa à UPA de Barros Filho e que não havia nenhum médico para atender naquela unidade. Diz que sabe que isso será discutido, mas que quer lembrar que os números devem ser olhados mais a fundo. Afirma que sempre procura apoio dos técnicos para não falar nada errado e que aprende sempre. Disse que sabe que esses números são públicos, mas pede que esta apresentação seja entregue a ele e a quem solicitar para que possam melhorar o debate. Fala que, se a proposta já foi encaminhada ao MS, qual o papel do CMS-RJ nisso e em que momento isso será debatido no CMS-RJ e acrescenta que o CMS-RJ deve participar de toda elaboração e, sendo assim, não concorda com carta branca para nada. O **Conselheiro Milton Lima, representante do CDS da AP 2.1** fala que o município do Rio de Janeiro já perdeu a gestão plena e que o CMS-RJ é o responsável por esta perda. Diz que muitos dos presentes votaram a favor desta perda e que, dentre os presidentes dos Conselhos Distritais, foi o único que votou contra. Diz que cientificamente a matemática é precisa, mas socialmente não e que

isso precisa ser analisado desta forma. Agradece pela apresentação e diz que entende a relevância do assunto. Fala que, dentre os dados apresentados, foi falado da Maternidade escola Olívio Couto e que se uma unidade como esta perder o pouco recurso que recebe, vai fechar e lembra que esta é uma unidade que presta o serviço unicamente em sua área. Diz que, em relação ao atendimento de alta e média complexidade feito por unidades de fora do município, é preciso verificar se o serviço pactuado está sendo prestado e que, se sim, eles merecem receber o dinheiro, e acrescenta que quando esse recurso foi dado para esses municípios, todos sabiam. Fala que a saúde do município do Rio de Janeiro não vive apenas de recursos federais e que não acha certo tirar de municípios miseráveis quando o Estado não repassa o que deveria para a saúde do município. Fala que o MS repassa dinheiro para todos os estados e que o município não deveria “surrupiar” os municípios menores e fala que considera isso injusto e que gostaria de saber o que está sendo feito com tanto dinheiro para que seja preciso tirar de quem tem menos. Diz que tem mais coisas para falar mas que seu tempo acabou e entende que este assunto deveria ser tratado em uma reunião exclusiva para esse assunto. A **Conselheira Maria José dos Santos Peixoto, representante do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ**, fala que entende que os Conselheiros devem atuar dentro da sua perspectiva e dentro da sua totalidade, fiscalizando, discutindo orçamento e visitando as unidades de saúde. Parabeniza o secretário de saúde pela apresentação e fala que nunca viu apresentação de dados financeiros como foi feito hoje. Diz que não tinha conhecimento destes dados e que, se esses dados não vem para o debate, nem teria como conhecer. Fala que essas questões, como qualidade de atendimento à população, orçamento e gestão, devem estar sempre no centro dos debates do CMS-RJ. Afirma que o orçamento da SMS deve ser discutido em uma plenária exclusiva. Diz que não tem dúvidas de que se for para defender os interesses da população do município existe acordo e que, sendo assim, entende que esta discussão precisa ter continuidade. Fala que não é especialista em orçamento, mas que é responsável por garantir direitos. Cumprimenta o presidente do CMS-RJ pela apresentação e afirma que acredita na juventude e que com ele não poderia ser diferente e acredita que se o trabalho continuar a ser feito com tanta seriedade, a população será a maior beneficiada. O **Conselheiro Ludugério Antonio da Silva, representante do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1**, pergunta se todos entenderam a responsabilidade que o Secretário passou aos Conselheiros. Afirma que a presença dos Conselheiros no Fórum da Metro I é importantíssimo e que ele vai a todos. Convida o presidente do CMS-RJ para participar da reunião do Fórum da Metro I, com a presença de representantes dos doze municípios e que basta ele dizer o dia que esta será marcada. Acrescenta que o auditório da FAMERJ está a disposição e que ele poderia fazer uma apresentação sobre esse assunto para esses representantes. O **Presidente do CMS-RJ, Conselheiro Daniel Soranz**, fala que sabe que o tema trazido é polêmico, mas entende que é um tema de alta relevância e que o CMS-RJ deve discutir este tipo de assunto com frequência. Explica que tem coisas que o gestor pode decidir e fazer sozinho, sem pedir aval do CMS-RJ e que outras coisas, juntos, quem ganha força é o município. Fala que desde que tomou posse da Secretaria de Saúde foi a todos os Conselhos Distritais e entende que, agora, é hora de trazer ao CMS-RJ este tipo de discussão, mesmo que sejam problemas de gestão. Fala que seu objetivo é fazer o SUS se fortalecer e crescer e que todos o conhecem e que ele vive a SMS e que seu objetivo é comprar uma briga em favor do município do Rio de Janeiro. Repete que a proposta é pegar o recurso que esta na SES e descentralize para os municípios e que cada município faça o que quer. Acrescenta que a proposta da SMS é de que, com esse recurso, sejam implantados cem leitos de terapia intensiva do Hospital Municipal Souza Aguiar. Fala que é preciso propostas concretas para utilização dos recursos que estão na SES e são reservados para média e alta complexidade e saber,

objetivamente, o que será e o que está sendo feito com esse recurso. Repete que a forma como esses recursos estão sendo utilizados está disponível no site da prefeitura do Rio de Janeiro. Diz que está a disposição para discutir qualquer assunto, incluindo o orçamento. Explica que trouxe esse ponto para esta reunião por que o Estado abriu uma oficina de PPI e convidou o município do Rio de Janeiro para participar, mas que também quer discutir outros pontos do orçamento, e exemplifica a LOA. Pede que no dia vinte e quatro de outubro haja uma reunião extraordinária onde seja tratado, exclusivamente, a LOA. Dirige-se ao Secretário Executivo e pede que ele anote esta proposta de data para que isso não seja esquecido e para que os Conselheiros sejam todos avisados. Fala que o objetivo da próxima LOA é descentralizar recursos e que isso é feito na medida em que o diretor da unidade vai saber como os recursos estão sendo aplicados e terá mais autonomia para aplicá-lo conforme interesse da unidade. Diz que na teoria quem está em cada unidade sabe melhor como o recurso deve ser aplicado e que a gestão central continua a fiscalizar a aplicação desses recursos. Repete que gostaria que no dia vinte e quatro fosse marcada uma reunião para apresentação da LOA. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que, conforme legislação vigente, o presidente do CMS-RJ pode convocar reunião extraordinária. Há um burburinho no auditório. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** repete que a legislação permite que ele faça isso e que quem não puder vir não venha. O **Presidente do CMS-RJ e Conselheiro Daniel Soranz**, fala que esta data pode ser acordada entre os Conselheiros, mas que sendo sexta-feira, mantém a sugestão. Diz que, em relação aos vinte e quatro de média e alta complexidade que o município do Rio de Janeiro faz para os outros municípios, só tem doze pactuado e explica que somente na CIB esse valor pode ser pactuado, durante a pactuação da PPI. Sugere que os Conselheiros municipais estejam presentes à próxima reunião da CIB para que saibam como está sendo discutido isso. Diz que estará na reunião e que gostaria de contar com uma comissão de Conselheiros para acompanhá-lo, mas repete que todos estão convidados a ir. Fala que a próxima reunião da CIB está marcada para o dia vinte e nove de outubro e pede que o Secretário Executivo do CMS-RJ encaminhe por e-mail a todos os Conselheiros a confirmação da data, local e horário desta reunião. Diz que é a primeira vez que estes números são apresentados e que, por isso, ele é novo para muitos Conselheiros. Afirma que todos devem receber esta apresentação para se apropriarem dos números e estejam cientes do que será discutido. Fala que pela primeira vez o Estado vai descentralizar esse um bilhão de reais para os municípios e que, sendo assim, o Estado também fará o exercício orçamentário de como vai trabalhar sem esse recurso. Diz que entende que isso trará muitas vantagens para o SUS. Afirma que como a descentralização será feita é outro ponto e acredita que o próximo Secretário de Estado de Saúde conduzirá esta discussão com os municípios. Fala que a abertura desses números é um avanço e lembra que foi o Estado quem abriu esta discussão quando ofereceu a oficina de PPI e que, sendo assim, há interesse do Estado em rediscutir a PPI. Conta que tem uma reunião marcada com a Secretária de Pirai, que também é Secretária do COSEMS e que pedirá a opinião dela sobre isso. Reitera que todos os municípios saem ganhando e que a descentralização é defendida pela SMS e que assim será proposto. A **Assessora do Secretário Municipal de Saúde, técnica Maria José Caraméz**, se apresenta e fala que representa a SMS na Comissão Intergestora Regional (CIR) onde a rediscussão da PPI está sendo feita desde o começo sem levar em conta esta, o que está confuso nesta que vem sendo usada até agora. Fala que o que está claro é que quase quarenta por cento do dinheiro do SUS o Estado não tem prestação de contas e, sendo assim, ninguém sabe como está sendo usado e que todos os usuários tem direito a saber como todos os recursos devem ser aplicados. Explica que este esclarecimento está sendo solicitado a SES pela SMS e por secretarias de saúde de outros municípios e que se não for explicado, que este valor

volte para o total para ser redistribuído. O **Presidente do CMS-RJ, Conselheiro Daniel Soranz**, retira a proposta de encaminhamento de que o CMS-RJ apóie o ofício encaminhado pela SMS ao MS por entender que os Conselheiros não deveriam votar sem tanto conhecimento e sugere que este assunto retorne na próxima reunião para que dê tempo dos Conselheiros analisarem os números apresentados. Pede que seja trazido, na próxima reunião, uma minuta do ofício e que todos recebam a apresentação feita hoje. Fala que isso se dá para que não haja acusação de que o secretário de saúde disse o que quis e pôs em votação sem que os Conselheiros tivessem tempo hábil de análise. Diz que, sendo assim, passa-se ao próximo ponto.

3.2 - Definição da data para comemoração do SUS na cidade do Rio de Janeiro – O Presidente do CMS-RJ e Conselheiro Daniel Soranz afirma que existe um problema sério no que diz respeito ao SUS uma vez que muitas pessoas passam a vida querendo cavar matéria negativa em relação ao SUS, falando que é um sistema falido e que vive de denegrir a imagem e o trabalho do SUS. Fala que algumas pessoas não concordam que haja um sistema de saúde que atenda a todos os cidadãos igualmente, mesmo que isto esteja definido na Constituição do país. Afirma que muitas dessas pessoas vão às unidades de saúde somente para denegri-lo e que não há muitas maneiras de combater essas pessoas. Diz que sabe que quem trabalha com o SUS sempre será alvo de críticas, mas que teve a ideia de que o orgulho do SUS seja propagado. Fala que a sugestão é de que se crie uma campanha para espalhar o SUS que dá certo, para que funcionários e usuários possam mostrar os bons serviços prestados. Afirma que quem trabalha no SUS não pensa em si próprio apenas, mas em todos os cidadãos e que a ideia de propagar esse orgulho veio de outros países que tem sistemas de saúde como os do Brasil. Cita a Inglaterra e afirma que lá todos tem orgulho do sistema de saúde criado, mas diz que no Brasil muitos tem vergonha de ser atendido no SUS. Afirma que não tem plano de saúde e que fala isso com muito orgulho. Diz que este orgulho deve ser construído e propagado, mas que é preciso lutar contra pessoas que trabalham pelo “quanto pior melhor” uma vez que essas pessoas lucram com a ineficiência do SUS. Fala que isso é inevitável e sempre ocorrerá, mas que os trabalhadores e usuários do SUS devem se manter firmes. Conta que usou como exemplo o modelo inglês e explica que lá há orgulho de ter um sistema de saúde público e amplo e que lá foi criada uma campanha que propagasse esses sistema. Diz que, neste momento, fala somente como presidente do CMS-RJ e propõe que seja criado um dia em que todos falem do orgulho de ser SUS e vá para as ruas dizer isso e espalhe o bom trabalho do SUS. Explica que na Inglaterra o dia escolhido foi onze de março, mas que outros países tem outros dias. Sugere que os Conselheiros pesquisem mais sobre isso na internet e que a votação sobre aprovação ou não desta proposta seja feita em outra ocasião. Fala que, em escolhendo uma data, é possível colher boas histórias para ilustrar o orgulho do SUS. Conta que, na Inglaterra, eles escolhem pessoas, sejam gestores, trabalhadores ou usuários e essas pessoas fazem promessas públicas de como vão se comprometer a melhorar o sistema de saúde. Propõe que seja escolhido um dia para que se possa reverberar o orgulho de haver um sistema de saúde equânime e igualitário. Acrescenta que não é um dia para dizer que está tudo bem no SUS, mas sim para dizer que há o que melhorar mas que o trabalho para isso está sendo feito. Fala que a ideia é a criação de uma corrente positiva de evolução conjunta. Conta que, na Inglaterra, foram, este ano, quinhentas mil pessoas se comprometendo a melhorar o sistema de saúde e que este dia é chamado de “Dia da Mudança”. Lê a página inglesa da internet e sugere que todos os Conselheiros façam o mesmo. Sugere que o dia vinte e um de março seja escolhido como o dia de orgulho do SUS no município do Rio de Janeiro. Fala que pensou nesta data por entender que a 8ª Conferência de Saúde foi a verdadeira responsável pelo SUS, mesmo que a Constituição já previsse isso e que esta é a data do relatório final desta conferência. Diz que deixa essa proposta para que seja votada na próxima reunião e reitera que

a ideia é mostrar o orgulho do SUS e rebater quem acha que o SUS não funciona e não da certo. Fala que o “Dia do Orgulho de ser SUS” é uma sugestão de nome. O **Presidente do CMS-RJ e Conselheiro Daniel Soranz** prossegue e fala que o assunto está em discussão e conta que o jornal “O Globo” publicou uma foto do Hospital Lourenço Jorge esta semana como se fosse recente e era uma foto antiga. Reitera que não é um dia para falar de mazelas e nem para dizer que não é preciso melhorar e sim um dia para mostrar o orgulho de ser SUS. Repete que a data sugerida é vinte e um de março e pede que os Conselheiros pensem nisso e fala que neste dia sejam todos falando do SUS e falando como pretendem melhorar o SUS e que quando fala em todos, são políticos, gestores, trabalhadores, usuários, mídia. O **Presidente do CMS-RJ e Conselheiro Daniel Soranz** prossegue e fala que é um dia em que cada um fala de como será sua contribuição pessoal dentro de suas possibilidades e não cobrar o outro. Diz que é preciso que cada um entenda que o SUS é uma construção coletiva e que cada um pode contribuir um pouco e que, neste dia, esta ideia deve ser propagada. Prosseguindo, repete que esta é uma proposta para ser votada na próxima reunião. Diz que, seguindo a mesma linha, irá abordar um tema onde será necessária a colaboração dos Conselheiros. Conta que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) já começou a pensar como será a abertura dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro e que ele entende que seria ótimo se o SUS entrasse nesta abertura como sendo motivo de orgulho, como ocorreu na abertura das Olimpíadas de Londres. Fala que gostaria que o CMS-RJ criasse uma comissão para disputar espaço na abertura das Olimpíadas para prestar homenagem ao SUS da cidade. Diz que no maior evento que a cidade vai sediar, é importante que se mostre ao mundo que há um SUS aqui e que, mesmo com as mazelas, há orgulho. Fala que não há a intenção de mascarar problemas, mas reitera a necessidade de mostrar orgulho do SUS. O **presidente do CMS-RJ e Conselheiro Daniel Soranz** prossegue dizendo que trabalha para que até dois mil e dezesseis, quando ocorrerá a Olimpíada, o município do Rio de Janeiro tenha o melhor SUS do Brasil. Afirma que acredita que todos os presentes tenham orgulho de trabalhar em prol de um sistema como o SUS e que o esforço é para que este sistema seja cada vez melhor. Diz entender que esta será uma oportunidade única de levar a bandeira do SUS para o mundo e para os brasileiros. Afirma que o Brasil há a cultura da queixa onde é fácil repetir eu as coisas não funcionam, mas também nada é feito para melhorar. Repete que as Olimpíadas serão uma ótima chance para o mundo conhecer o SUS do município do Rio de Janeiro e saber que ele é motivo de orgulho. Fala que acha que é o momento de disputar espaço e mostrar o orgulho do SUS. Diz que entende que o CMS-RJ é feito por pessoas que divergem em muitas coisas, mas que o esforço para melhorar o SUS é o fator com a todos e que este pode ser o momento de reunir mesmo os divergentes para trabalhar em um mesmo objetivo. Fala que muitos podem achar que isto é piegas, mas reitera que considera este um momento único para que o SUS seja mostrado como motivo de orgulho. Diz que é o momento de se aproximar, por exemplo, do Sindicato dos Médicos e que entende que é o momento de montar um grupo de coalizão em prol de um objetivo que todos tem em comum. Há um burburinho no auditório. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que este ponto já ultrapassou em trinta minutos o tempo que havia sido reservado a ele e que é importante não prejudicar o resto da pauta. Pede que os Conselheiros se organizem e não vire um bate papo, ou então que seja aberto o debate em uma outra ocasião. O **Presidente do CMS-RJ e Conselheiro Daniel Soranz** prossegue e fala que fez esta apresentação com o intuito de que todos pensem a respeito disso e avaliem para que o debate ocorra em outra reunião. Lembra que os documentos apresentados serão entregues a todos os Conselheiros. Repete que acha importante que a análise seja feita antes de qualquer votação. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pede que a coordenação da Mesa seja recomposta. A **Conselheira Angela Rocha de Lamare Leite, representante da Secretaria Municipal de Saúde – SMS**, lembra que é

preciso que as falas sejam feitas ao microfone ou não será possível seu registro em ata. Há um burburinho no auditório. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fala que, devido ao avançado da hora, a coordenação da Mesa entendeu que é melhor que este ponto seja discutido e debatido na próxima reunião. Passa-se ao próximo ponto. **4) Processo nº 09/926233/2014. Assunto: Programação de Ação em Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro para o ano de 2015. Apresentação para deliberação –** O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa que todos os Conselheiros receberam a Programação por e-mail e que a Comissão de Orçamento e Finanças também recebeu e discutiu o assunto e tem um posicionamento para passar aos Conselheiros. Fala quem antes da referida comissão dar seu parecer, os funcionários da Vigilância farão uma breve apresentação para que o pleno seja posteriormente posto em discussão. Explica que os técnicos Flavia e Cleiton farão a referida apresentação. A **Técnica da Vigilância Sanitária e Superintendente de Comunicação, Educação e Inovação em Vigilância Sanitária Flavia** se apresenta e explica que fará o início da apresentação e que o **Técnico Cleiton** falará sobre o orçamento do setor de Vigilância. Diz que outros funcionários do setor de Vigilância estão presentes à esta reunião e os apresenta. Faz a apresentação da Programação de Ação em Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro para o ano de 2015. Lembra que esta apresentação será encaminhada por e-mail também. A **Técnica Flavia** prossegue com a apresentação. O **Técnico Cleiton** faz sua parte da apresentação que diz respeito ao orçamento da Programação de Ação em Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro para o ano de 2015. Ao final da apresentação o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que um representante da Comissão de Orçamento e Finanças dará o parecer da comissão sobre o que foi apresentado. O **Conselheiro Rogério Marques Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** fala que os questionamentos que foram respondidos durante a apresentação contemplam as dúvidas dos membros da referida comissão. Lê o parecer da Comissão de Orçamento e Financiamento, onde esta sugere a aprovação da Programação de Ação em Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro para o ano de 2015. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** abre as inscrições e passa a palavra aos Conselheiros. O **Conselheiro Francisco Cláudio, representante do Sindicato dos Farmacêuticos**, pergunta o que é o Termo de Declaração. Solicita à Prefeitura que se crie, dentro da Vigilância Sanitária, uma superintendência de medicamentos e de correlatos, uma vez que não há profissionais suficientes para fiscalizar o número de estabelecimentos que há no município e uma vez que a prefeitura não contrata profissionais aptos a isso. Lembra que o serviço de fiscalização em farmácias pode ser feito por profissional farmacêutico conforme manda a lei federal no 3820, artigo 9º, letra C. O **Conselheiro Adelson Gunzburger, representante do CDS da AP 4.0** pergunta qual a força de trabalho envolvida nas inspeções. Fala que alguns números chamaram sua atenção, como a fiscalização de clínicas veterinárias e de estúdios de tatuagem e acha este número pequeno. O **Conselheiro Milton Lima, representante do CDS da AP 2.1** diz que quer fazer um adendo sobre o que foi dito e afirma que com a verba que é destinada, que ele chama de miséria, não é possível fazer mais do que é feito. Acrescenta que não sabe como é feito nem o número que foi apresentado com tão pouco dinheiro. Fala que gostaria apenas de registrar isso. A **Técnica da Vigilância Sanitária e Superintendente de Comunicação, Educação e Inovação em Vigilância Sanitária Flavia** diz que, em relação quantidade de funcionários para fiscalização, é sabido que há deficiência em algumas áreas e que sempre é tentada a permuta com outras áreas para que as faltas sejam supridas. Explica que até o sistema de auto declaração, que poderia vir para facilitar o licenciamento é dificultado inclusive pela ANVISA e que, portanto, é preciso trabalhar para que a fiscalização seja feita com o número de pessoas disponível. Esclarece que a auto declaração é baseada na gestão da qualidade e

que no mundo inteiro não se usa mais o fiscal do governo, mas que o Brasil ainda não adotou esta conduta. Diz que funciona como no imposto de renda onde cada um declara e se alguma incorreção for detectada, aí sim o fiscal aparece. Fala que isso facilitaria muito o trabalho e que este tipo de mecanismo é usado no mundo todo e em outros setores de fiscalização da ANVISA. A **Técnica da Vigilância Sanitária e Superintendente de Comunicação, Educação e Inovação em Vigilância Sanitária Flavia** prossegue e fala que isso não será construído de qualquer maneira e que não deve haver este tipo de preocupação. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fala que isto não é um debate e que o Conselheiro já fez a pergunta que gostaria. Diz que ele pode conversar depois com ela ou encaminhar os questionamentos por escrito para que a técnica responda por escrito também, mas que este debate atrapalha o andamento dos trabalhos e descumpra o andamento normal das reuniões. A **Técnica da Vigilância Sanitária e Superintendente de Comunicação, Educação e Inovação em Vigilância Sanitária Flavia** prossegue e diz que, em relação a força de trabalho, é feito o que é possível. Fala que nos estabelecimentos veterinários, são cinquenta e os de piercing e tatuagem são quatrocentos e sessenta e cinco, o que corresponde a dez por cento é um universo pequeno, mas que isso pode ser intensificado e a meta pode ser aumentada. Explica que esse é um número baseado no universo de estabelecimentos cadastrados e que os estabelecimentos clandestinos não são inclusos. Diz que, quanto a colocação feita pelo Conselheiro Milton Lima, os funcionários somente do setor saúde não chegam a cem e no setor de alimentos chega a cerca de cento e trinta. Fala que sabe que o recurso humano é restrito e por isso alternativas tecnológicas estão sendo buscadas para diminuir essa falta. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** agradece aos técnicos pela apresentação e diz que, mediante parecer favorável a aprovação da Comissão de Orçamento e Finanças do CMS-RJ, pode pôr em votação. Põe em votação o Processo nº 09/926233/2014. Assunto: Programação de Ação em Vigilância Sanitária do município do Rio de Janeiro para o ano de 2015. Resultado da votação: **Aprovado pela maioria simples do Colegiado do CMS-RJ.** A **Técnica da Vigilância Sanitária e Superintendente de Comunicação, Educação e Inovação em Vigilância Sanitária Flavia** agradece. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** encerra este ponto. Passa-se ao próximo ponto. **5) Eleição da Comissão Eleitoral para eleição da Comissão Executiva e substituto do presidente para o ano 2015; 5.1 - aprovação do Regimento Eleitoral. – O Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** explica que a Comissão Executiva entendeu que o ano de 2015 é um ano de conferências e que não será possível fazer eleições no fim deste ano ou no começo do ano que vem para que os assuntos não se misturem. Fala que a sugestão é que esta eleição ocorra em novembro. Reitera que é uma antecipação da eleição e que o CMS-RJ está sugerindo que os Conselhos Distritais antecipem suas eleições, pois se isso for feito em janeiro pode haver conflito de datas e os trabalhos podem ser prejudicados. Fala que é preciso saber se o Colegiado acata a sugestão de que a eleição seja em novembro e que, a partir disso, o Regimento Eleitoral seja aprovado. Lembra que este regimento é o mesmo do anterior e que sempre foi assim, apenas com a atualização das datas. Fala que a Comissão Executiva já encaminhou as propostas de datas. Diz que, sendo assim, põe em votação a proposta de que a eleição seja em novembro. Resultado da votação: **Aprovada a eleição em novembro pela maioria simples do Colegiado do CMS-RJ.** O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** põe em votação que se utilize o mesmo Regimento Eleitoral já usado anteriormente, atualizando apenas as datas. Resultado da votação: **Aprovada a utilização do Regimento Eleitoral anterior, com posterior adequação das datas, pela maioria simples do Colegiado do CMS-RJ.** O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que, sendo assim, fará a leitura das datas propostas pela Comissão Executiva. Fala que no Artigo 8º, a eleição seria dia vinte e cinco de novembro, em uma reunião extraordinária para

tratar apenas deste assunto. Pergunta se há outra proposta de data e como não há manifestação, põe em votação a data da eleição. Resultado da votação: **Aprovada a data de vinte e cinco de novembro para realização desta eleição, pela maioria simples do Colegiado do CMS-RJ.** O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** prossegue e fala que no Artigo 14 a proposta é que o prazo para inscrições seja dias doze, treze e quatorze de novembro, das onze às dezessete horas. Pergunta se há outra proposta de data e há a proposta de que sejam apenas dois dias. O **Secretário Executivo e Conselheiro Lima** pergunta se há consenso para que sejam dois dias e que estes sejam dias treze e quatorze de novembro. Há um burburinho no auditório e o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** põe em votação as duas propostas de datas para inscrição para a eleição sendo: Proposta 1) Três dias. Proposta 2) Dois dias. Resultado da votação: **Aprovada a Proposta 2, de que as inscrições sejam feitas em dois dias, pela maioria simples do Colegiado do CMS-RJ.** O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** põe em votação de que as datas das inscrições sejam os dias treze e quatorze de novembro, das onze às dezessete horas. Resultado da votação: **Aprovado pela maioria simples do Colegiado do CMS-RJ.** O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** prossegue e lê o Parágrafo Único que diz que “*as impugnações deverão ser encaminhadas pessoalmente ou por meio eletrônico com certificação digital a partir do momento previsto do parágrafo único do artigo 14 até as dezesseis horas do dia dezessete de novembro de dois mil e quatorze*”. Esclarece que o prazo será do dia quatorze ao dia dezessete para fazer alguma impugnação. Lê o parágrafo único do artigo 14 novamente. Pergunta se há consenso sobre esta data e o Colegiado afirma que sim. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** prossegue e diz que no artigo 16 está descrito que a comissão eleitoral analisará as impugnações encaminhadas das quatorze às dezesseis horas do dia dezoito de novembro, com divulgação imediata das candidaturas aceitas. Pergunta se há consenso quanto a esta data e o Colegiado afirma que sim. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** prossegue e diz que outra coisa que deve ser mudada no Regimento Eleitoral é em relação à cor da cédula e onde seriam cédulas vermelhas, passa-se a usar a cor rosa, por que é mais fácil de encontrar papel nesta cor e somente por isso. Fala que no Artigo 25, passa a valer o texto de que “a posse se dará no dia primeiro de janeiro de dois mil e quinze.” Pergunta se há consenso quanto a esta data e o Colegiado afirma que sim. Afirma que, sendo assim, põe em votação o Regimento Eleitoral com as datas já aprovadas. Resultado da votação: **Aprovado o Regimento Eleitoral pela maioria simples do Colegiado do CMS-RJ.** O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** prossegue e afirma que é preciso escolher os membros da Comissão Eleitoral e que são quatro membros divididos paritariamente. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, representante do CDS da AP 3.1** afirma que na última sexta-feira houve uma reunião entre os presidentes dos Conselhos Distritais e que saiu a proposta dos nomes dos Conselheiros Maria Alice Gunzburger Costa Lima e do Geraldo Batista de Oliveira para representantes dos usuários. Explica que está fazendo esta manifestação uma vez que o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira teve uma audiência no Ministério Público e não pôde estar presente a esta reunião e que deixa esta proposta para este Colegiado. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pergunta se há acordo por parte dos usuários e os presentes dizem que sim. Diz que então os Conselheiros que se candidataram são: Maria Clara Migowski Pinto Barbosa e Geraldo Batista de Oliveira, usuários. Rogério Marques Gonçalves, gestor. E, Francisco Cláudio de Souza Melo, profissional de saúde. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que os suplentes desses Conselheiros podem substituí-los em caso de ausência mas que isso não é indicado. Pergunta se há consenso quanto a esses nomes e o Colegiado diz que sim. Reitera a formação da Comissão Eleitoral e encerra este ponto de pauta. Passa-se ao próximo ponto. **6) Comissão de Educação Permanente – A**

Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, representante do CDS da AP 3.1 e coordenadora da referida Comissão fala que foi feito um convite aos Conselheiros que participaram do último curso de capacitação para usar este tempo mas que estes não se manifestaram então fica para a próxima reunião. Passa-se ao próximo ponto. **7) Comissões do Conselho Municipal de Saúde – O Secretário Executivo e Conselheiro David Lia** pergunta se há informe de alguma comissão. O **Conselheiro Adelton Gunzburger, representante do CDS da AP 4.0 e coordenador da Comissão de Saúde do Trabalhador**, informa que esta comissão voltou a se reunir e fez a terceira reunião e tirou propostas que serão encaminhadas a quem de direito. Fala que o número de Conselheiros presentes às reuniões tem aumentado e que o trabalho está melhorando. A **Conselheira Angela Rocha de Lamare Leite, representante da Secretaria Municipal de Saúde – SMS e coordenadora da Comissão de DST/AIDS** informa que esta comissão tem reunião marcada para o próximo dia vinte e um às onze horas neste auditório e que todos estão convidados para participar. Os representantes das Comissões de Saúde, de orçamento e finanças, de saúde mental, de Gêneros raças e etnias e Especial para acompanhamento de eventos de massa informam que não tem nada a declarar. Passa-se ao próximo ponto. **8) Informes da Secretaria Executiva do Conselho – O Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** agradece aos Conselheiros que estiveram presentes à homenagem que ele recebeu na Câmara dos Vereadores e lembra que no mesmo dia a Conselheira Maria Alice Gunzburger Costa Lima recebeu uma moção de homenagem aos trabalhos por ela prestados. Informa que, em relação à moção do CNS 001, de apoio ao povo da Palestina, o apoio deste CMS-RJ foi encaminhado ao CNS, conforme deliberado por este Colegiado. Informa que no dia vinte e sete chegou ao CMS-RJ uma solicitação de indicação, que deveria ser feita até o dia vinte e seis, do nome de dois Conselheiros, sendo um gestor e um profissional de saúde para participar das comemorações da Mesa Nacional de Negociação do SUS em novembro. Reitera que a indicação teve que ser feita rapidamente por causa da data e que os nomes indicados foram das **Conselheiras Miriam Andrade de Souza Lopes** pelos profissionais de saúde e **Angela de Lamare** pelos gestores. Informa ainda que será preciso constituir, na próxima reunião, a Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Saúde e que os Conselheiros já devem ir pensando tanto nos nomes quanto na quantidade de Conselheiros que comporão esta Comissão. Passa-se ao próximo ponto. **9) Informes do Colegiado – A Conselheira Maria Alice Gunzburger Costa Lima**, informa que o IGG conseguiu um ganho muito grande uma vez que para este hospital acabar e que o ambulatório já voltou para o lugar e está ficando lindo. Explica que as obras estão sendo concluídas e que em breve todos os outros setores retornarão. Diz que é uma luta que vem desde dois mil e nove e que estas pequenas conquistas valem muito. Afirma que não houve divulgação por que foi feito em período eleitoral e não é permitido fazer este tipo de propaganda. A **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes, representante do CDS da AP 3.1** informa que a imprensa noticiou uma bactéria que estaria presente no Hospital de Bonsucesso e que, por causa disso, entrou em contato com a direção desta unidade para saber do que se tratava. Conta que foi informada que esta foi uma bactéria que chegou à unidade através de pacientes que vieram de outras unidades e que estavam infectados. Fala que segundo a informação já está controlado. O **Conselheiro José Liporage, representante do Sindicato dos Farmacêuticos** parabeniza a SMS pela confecção da “Cartilha de Apoio ao usuário de Insulina” e o material do “Uso Racional de Medicamentos” e diz achar que esta seria uma excelente apresentação na área de educação. Pede que os Conselheiros acessem o site “Chega de descaso”, onde está relatado o caso da morte da farmacêutica Ana Carolina, que morreu devido a demora no atendimento quando estava em crise de apendicite. Finaliza falando que o Estado e o Município do Rio de Janeiro estão vivendo uma epidemia de Espoltríose mas que foi dito que o município está sendo tratado disso.

Sugere que haja uma apresentação no CMS-RJ sobre isso para que todos saibam do que se trata. Explica que é uma micose. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pede que o Conselheiro encaminhe por escrito, à Comissão Executiva, esta solicitação de pauta. A **Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes, representante do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro** informa que houve uma luta para que os concursados de dois mil e onze fossem chamados e eles foram convocados agora. Lembra que não se forma mais auxiliares mas que ainda é uma profissão reconhecida pelo COREN. Explica que havia uma prorrogação para que fossem chamados até dois mil e dezesseis, mas que houve esse acordo para que fossem chamados agora de uma vez já que há uma deficiência de recursos humanos e que quatrocentos e quarenta profissionais de enfermagem estão sendo chamados e que outros quatrocentos e quarenta serão chamados posteriormente. Diz ainda que estas informações saem sempre no Diário Oficial e agradece à gestão da SMS por ter ouvido à solicitação que vem sendo feita a tanto tempo. Acrescenta que em relação ao concurso de dois mil e treze também está sendo resolvido e o problema está sendo solucionado. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** lembra que está convocada para o dia vinte e quatro de outubro uma reunião extraordinária do CMS-RJ onde a pauta será a discussão da LOA. Não havendo mais nada a ser informado é encerrada a reunião às dezessete horas e quarenta minutos e eu **Wagner Ubiratan Candido Alves** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** como substituto do presidente deste Conselho Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto.

Wagner Ubiratan Candido Alves

David Salvador de Lima Filho